



002798

PROJETO DE LEI N. 11.025/2008

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a publicação de informações de interesse público no portal da Administração Municipal na *internet*.

Art. 1.º O Chefe do Poder Executivo fará publicar, no portal da Administração Municipal na *internet*, diariamente, relatório da movimentação financeira do dia anterior, contendo as receitas (próprias e transferências), as despesas e a disponibilidade em caixa e em bancos.

§ 1.º As receitas serão discriminadas por origem, valor e a conta que recebeu o crédito, conforme modelo constante do Anexo I.

§ 2.º As transferências serão identificadas com o número do convênio e órgão conveniado.

§ 3.º As despesas serão especificadas por número do respectivo processo, nota de empenho, beneficiário e valor, conforme constante do Anexo II.

Art. 2.º Nos processos licitatórios promovidos pelo Município, serão igualmente publicados, no portal da Administração na *internet*, os editais, na íntegra, as atas das sessões, os atos de homologação e os contratos firmados, em extrato e na íntegra, com os respectivos aditivos, quando houver, obedecendo a ordem numérica estabelecida.

Art. 3.º Será também objeto de publicação na *homepage* da Administração na *internet*, sempre atualizada, a relação completa dos servidores públicos municipais ativos, classificados da seguinte forma:

I – servidores efetivos, com a respectiva lotação, por secretaria ou órgão equivalente, diretoria e gerência, distribuídos por grupo funcional, com a indicação do símbolo da função gratificada eventualmente desempenhada;



II – servidores comissionados, com a respectiva lotação, por secretaria ou órgão equivalente, diretoria e gerência, identificados por símbolo do cargo ocupado e valor da remuneração percebida.

Art. 4.º A Administração Municipal também disponibilizará e manterá atualizada na *homepage* na *internet* a relação completa dos veículos da Municipalidade, indentificando-os por número de frota, marca, modelo, ano e órgão ou unidade administrativa ao qual está vinculado.

Art. 5.º Subordinam-se às disposições desta Lei, além dos órgãos da Administração Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Executivo do Município.

Art. 6.º As obrigações instituídas por esta Lei não suprem as publicações e audiências determinadas pela Lei Complementar n. 101/2000 e outras normas legais pertinentes à matéria.

Art. 7.º A prestação de informações falsas sujeitará os responsáveis às penalidades da lei.


Art. 8.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 11 de setembro de 2008.


HUMBERTO HENRIQUE
Vereador-Autor

ANEXO I

Demonstrativo da receitas do dia ____ de ____ de ____.

[illegible]

ANEXO II

Demonstrativo das despesas do dia ____ de _____ de ____.

[illegible]